

Consumo, cidadania e direito à saúde

A imprensa e o cidadão quando o assunto é o risco sanitário¹.

Ana Paula Ferrari²

Dione Oliveira Moura³

Resumo

O artigo apresenta uma análise de conteúdo em torno do tema ‘cidadania’ na cobertura da imprensa sobre saúde, em especial em relação ao risco sanitário. O estudo foi realizado a partir da amostragem de quatro jornais de circulação nacional. Por ser um serviço diretamente ligado à qualidade e a manutenção da vida, o tema ‘vigilância sanitária’ tem presença regular na imprensa. Observou-se que o cidadão é vinculado ao papel de consumidor pela imprensa e está em desvantagem, em termos de visibilidade na imprensa, quando comparado aos grupos de atores econômicos, representantes do Estado e profissionais de saúde. O estudo compreende como vigilância sanitária ações coordenadas para a identificação e controle de risco e proteção da saúde, as quais limitam e regulam a produção e o consumo em função da segurança da população e do meio-ambiente.

Palavras-chave: comunicação de risco, imprensa, saúde, cidadão e segurança.

Introdução

A temática do risco científico-tecnológico tem tido presença constante na cobertura da imprensa, o que é consequência direta do crescimento de situações de risco advindas da modernidade. Neste campo, inclui-se a cobertura de risco associado à área de saúde, em especial a

¹ Versão inicial do presente estudo foi apresentada no Congresso da SBPJur 2007. A versão atual foi revisada e atualizada.

² **Ana Paula Ferrari Lemos Barros**, jornalista, Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade de Brasília (UnB) em 2007, é professora da Faculdade de Comunicação do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e responsável pela área de imprensa na Assessoria de Comunicação (Ascom) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Dissertação desenvolvida sob orientação professora doutora Dione Oliveira Moura. Endereço eletrônico da autora: anaferrari@unb.br.

³ **Dione Oliveira Moura**. Doutora em Ciências da Informação; Mestre em Comunicação, UnB. Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UnB, Linha Jornalismo e Sociedade. Pesquisa temas na interface jornalismo e temáticas sociais, como meio ambiente e inclusão social. Nos anos de 2008/2009 atua como coordenadora de graduação da Faculdade de Comunicação da UnB. Atuou como coordenadora do Programa de Pós-Graduação na mesma instituição.

vigilância sanitária. O estudo compreende que a própria área de comunicação e as pesquisas em jornalismo devam se debruçar sobre o estudo dos mecanismos e procedimentos de cobertura da imprensa sobre questões de risco.

Esse movimento é intensificado pela globalização, uma vez que favorece a circulação de mercadorias e de pessoas e assim interfere diretamente nas ações de vigilância sanitária, construindo uma espécie de “globalização do risco sanitário”, na qual o perigo ambiental e as inseguranças trazidas pelo processo de modernização são muito presentes. Questões como o controle da publicidade de produtos, a segurança de alimentos e de medicamentos, cuidados com intoxicações, regras para o funcionamento de serviços de saúde, controle de doenças nos portos, aeroportos e fronteiras tornam-se notícia na imprensa. No entanto, o cidadão que sofre as conseqüências sociais desse processo, muitas vezes está ausente das páginas dos impressos, foco do presente estudo.

A relevância de ações de controle sanitário aumenta à medida que o capitalismo se torna um sistema mais complexo. Essa ligação se estabelece por causa dos riscos introduzidos por novas tecnologias e novos produtos. A sociedade industrial impulsionou a expansão da vigilância sanitária para o controle de riscos (Lei nº. 8.080/1990, parágrafo 1º, artigo nº. 6), o que tornou esse serviço uma intervenção institucional básica da era moderna, regulando as formas de interação entre o estado-nação e o capital (RANGEL-S, 2007). Assim, está vinculada às relações de poder da sociedade industrial, que é movida pelo desenvolvimento tecnológico, onde o discurso do risco passa a desempenhar um papel fundamental na estruturação, reprodução e reparo do projeto histórico da modernidade (BECK, 1992, apud RANGEL-S, 2007).

A qualidade da abordagem tratamento deste tema na imprensa se torna preocupante uma vez que as “instituições de comunicação” tornam o debate público e constroem discursos que sustentam determinados argumentos. Giddens (1999) define as “instituições da comunicação”, representadas pelos meios de comunicação (jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão), como “instituições-chave da alta modernidade”, por penetrarem nos âmbitos individual e social, na intimidade e na vida pública de instituições sociais locais e globalizadas. A imprensa, que se instaurou como empresa capitalista, possibilitou o diálogo entre o campo científico e os demais campos sociais e passou a atuar como administradora dos sentidos da informação científica. A função da imprensa, propomos, também dentro do jornalismo científico, não é neutra e sim política. Ou seja, dá-se em um campo em que há disputa de poder (entre temáticas a serem

abordadas, entre fontes a entrevistar, entre um espectro de correlações que podem, ou não, ser feitas na produção da notícia⁴.

Sociedade de Risco

Da década de 1960 em diante, o risco passou a fazer parte das preocupações da opinião pública internacional que começou a perceber a ciência e tecnologia não apenas associadas ao progresso, mas também a perigos potenciais. O acidente na usina de Chernobylⁱ teve um significado amplo para a sociedade ao desconstruir o mito da segurança do trinômio Ciência-Tecnologia-Desenvolvimento. Antes do vazamento na usina, as análises de risco apontavam que o procedimento era seguro (LUCCHESI, 2001). Portanto, o acidente serviu como um alerta de que, também no tema energia nuclear não existe o conhecimento absoluto sobre processos e produtos novos. A tragédia de Chernobyl sedimentou o campo a partir do que se formulou o conceito de “Sociedade de Risco”, com destaque para os estudos fundadores de Anthony Giddens e Ulrich Beck, dentre outros referenciados no presente estudo. O conceito traz a idéia de que no bojo das inovações científicas e tecnológicas estão embutidos elementos de danos potenciais. Estudos sobre a “comunicação do risco”ⁱⁱ se desenvolveram, como uma crítica à divulgação científica, demonstrando que a informação produzida pelos cientistas não é neutra e influencia visões de mundo.

A questão do risco, seja pela percepção de mudanças ambientais de forma generalizada, seja por efeitos adversos de novas tecnologias, foi colocada em destaque e está cada vez mais presente nas reportagens publicadas pela imprensa. São temas que entraram em voga no contexto da modernidade. Para Giddens (1999), modernidade significa o estilo de vida ou organização social originados na Europa a partir do século XVII e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.

O tema saúde, mais especificamente a vigilância sanitária está inserido neste contexto de globalização dentro de uma comunicação de risco (BECK; GIDDENS & LASH,1997) envolve as instituições de comunicação na sociedade de risco por deterem o poder de definir conceitos como “perigo”, ao produzirem a reflexão sobre o sistema produtivo e sobre si mesmas. As reportagens são frequentemente pautadas por problemas relativos à industrialização, os quais ameaçam direta ou indiretamente o homem, o meio-ambiente, a produção, a cultura, os valores sociais e as políticas em geral.

⁴ c.f. Moura,2003.

Entretanto, muitas vezes, a imprensa só dá destaque ao conflito em determinados momentos e não têm estabelecido procedimentos para acompanhar os casos sob o ponto de vista dos direitos dos cidadãos. Essa impressão de superficialidade, que acaba se estabelecendo nas coberturas noticiosas, limita o espectro de alcance das matérias jornalísticas. Ou seja, os fatos relacionados a riscos são tratados como se fossem auto-suficientes e não estivessem inseridos em um contexto histórico que os produziu.

Vigilância Sanitária

Ao mesmo tempo, as medidas e decisões de controle sanitário são fruto de um processo de negociação entre diversos atores. No entanto, os empresários (do setor produtivo e de serviços de interesse à saúde) e o Estado são os que mais participam. A vigilância sanitária, como uma área da saúde pública (LUCCHESI, 2001), está inserida dentro do processo de utilização das descobertas científicas como produtos capitalistas. Ao longo do século XX, a falta de destaque no poder público a essa preocupação resultou em graves efeitos nocivos ao meio ambiente, que a cada dia se tornam mais evidentes e são apresentados como potenciais destruidores da vida no planeta.

Esses efeitos motivaram o movimento sanitário na década de 1980. Liderado por dirigentes da vigilância sanitária nos estados e por sanitaristas contribuiu para aumentar a reivindicação nacional por cidadania, pelos direitos do consumidor e direitos difusos (como proteção ambiental e qualidade de vida), produzindo a Reforma Sanitária incorporada pela Constituição de 1988.

Cidadão *versus* Consumidor no contexto da Vigilância Sanitária

A concepção moderna de vigilância sanitária inclui a defesa do consumidor, mas não se limita às relações de consumo. Compreende especialmente a redução de risco e a melhoria da qualidade de vida da população em geral, incluindo os que não estão exercendo o papel de consumidor (COSTA, 2004). Essa qualidade se expressa em situações mais amplas, como a verificação dos níveis de poluição do ar.

A Lei nº. 8.078/1990 define o consumidor como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final. A coletividade, desde que intervenha nas relações de consumo, é equiparada ao consumidor. Já o conceito de cidadania, de acordo com Vieira (1998), tem dois componentes dentro de um Estado-Nação: a identidade social e o sentimento de nação.

Os cidadãos se sentem iguais em direitos e deveres e reconhecem-se como pertencentes a um mesmo povo assentado num espaço territorial denominado de pátria, com sentido relacionado a nacionalidade. Compartilham entre si valores como língua, religiões e objetivos comuns. O

cidadão é o dotado de decisão própria e autônoma sobre assuntos políticos e apóia as instituições de publicidade como o parlamento, partidos e instituições de comunicação. A democratização (abertura) das instituições é o elemento fundamental para viabilizar a influência do cidadão, seja pela opinião pública (influência indireta), seja pela participação (influência direta). Segundo Habermas (1997), a função moderna do Estado, o que justifica sua existência na atualidade, é exatamente a de normatizar as “expectativas de direito”. Neste sentido, a Vigilância Sanitária, uma vez exercida pelo Estado está neste campo de direitos. Antes de partirmos para a descrição da pesquisa empírica aqui relatada, introduziremos a questão da cobertura do tema saúde na imprensa.

Jornalismo Científico e o Tema Saúde

A compreensão da cobertura do tema saúde na imprensa pressupõe o contexto da estruturação da imprensa como empresa capitalista e, ainda, da diversidade de públicos aos quais a imprensa se dirige. Neste sentido, assuntos como saúde e medicamentos entram “automaticamente na categoria jornalística ´notícia, não tendo necessidade de demonstrar sua importância, pois fazem parte da agenda social (ADGHIRNI, 2005). Compreendemos que são temas de ampla repercussão social e, por isso, dizem respeito a cientistas, jornalistas e a um terceiro campo de interlocutores, representado por setores sociais organizados (institutos, ONG’s, associações, o Terceiro Setor de modo geral) (MOURA,2003).

Esta temática se relaciona com a prática do jornalismo científico e está intimamente ligada à cobertura de ciência e tecnologia. As instituições de comunicação, com o advento do jornalismo científico, absorveram a missão de popularizar a ciência, de dar ampla divulgação às descobertas e informações, de aculturar as idéias científicas. Com isso, aceleram o desenvolvimento de instituições e introduzem novas palavras no vocabulário da sociedade. No entanto, o jornalismo científico acabou intensificando o mito de “verdades absolutas”, ao omitir informações contraditórias e discordantes (SINGER, 1990).

A cobertura mais freqüente sobre saúde está mais associada a propagar resultados de pesquisas científicas e descobertas de tratamentos médicos. Os temas das matérias vão de obesidade, estética, hipertensão e colesterol à depressão. Nessas “matérias de saúde”, os textos, em geral, expõem dramas pessoais, fazendo apelo emocional e trazem a solução terapêutica como esperança, felicidade, capaz de elevar a auto-estima e a qualidade de vida (BUENO, 2005). A abordagem citada reforça a associação da saúde a produtos e serviços à venda. São raras as reportagens que abordam o tema de forma informativa e melhor contextualizada, voltada para o

cidadão, como a prevenção de doenças e o debate sobre a melhoria das condições de vida da população. Segundo, Bueno (2005, p. 89), crítico da imprensa sobre o tema comunicação e saúde:

A mídia mantém o foco na doença e apresenta caráter fatalista ao informar sobre o tema. [...] mais do que em outro campo de cobertura a medicina e a saúde se prestam à produção de matérias espetaculosas, prometendo curas e desvendando os mistérios do corpo e da mente.

Na perspectiva teórica aqui apresentada, defendemos novas bases para um modelo do jornalismo científico que contemple as repercussões sociais das descobertas e inovações divulgadas. A imprensa, por promover a maior divulgação, defendemos, deve ser uma das instâncias mediadoras de um necessário debate público.

Estudo empírico

Após esta contextualização do campo temático no qual se inserem nossas preocupações, iremos relatar um estudo empírico específico que foi realizado no contexto de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasíliaⁱⁱⁱ. A pesquisa verificou como o cidadão ou entidades da sociedade civil organizada são abordadas nas notícias produzidas pelas instituições de comunicação.

Para mensurar esse aspecto, observou-se, com base no conteúdo do texto jornalístico, a presença e a ausência do ‘cidadão’ na cobertura da imprensa.

Procedimentos Metodológicos

O procedimento metodológico utilizado foi a análise de conteúdo, a qual se baseia num conjunto de sistematizações que se aplicam da mesma forma a todo conteúdo analisável, de modo que o pesquisador deve respeitar algumas regras como ser objetivo, sistemático, abordar apenas o conteúdo manifesto e saber quantificar os elementos da mensagem (KIENTZ, 1973).

Assim, esse procedimento focaliza, primeiramente, o conteúdo manifesto. Fornece ferramentas para a identificação e contabilização de elementos pertinentes nos textos da amostra da pesquisa. Os mesmos foram agrupados de acordo com características semelhantes identificadas em categorias como tema, objeto abordado, atores presentes e outras relatadas a seguir.

A amostra foi selecionada utilizando o banco de material jornalístico^{iv} da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ou seja, a ferramenta *clipping*^v de notícias publicadas na imprensa sobre a saúde. Como critério, usou-se a ocorrência da sigla da Agência Nacional de Vigilância Sanitária: “Anvisa”.

Desta forma, o *corpus* da pesquisa foi constituído por 78 textos publicados no ano de 2005 em quatro jornais impressos de circulação nacional: *Folha de São Paulo*; *O Estado de São Paulo*;

Correio Braziliense e *O Globo* – vide Tabela 1. Os periódicos escolhidos têm características que favorecem a problematização, o aprofundamento e a contextualização dos fatos. Possuem como prazo de fechamento de reportagem o fim do dia, havendo a possibilidade de produzir material crítico e analítico; e como público, leitores de escolaridade maior que a média da população brasileira e provenientes de posições estratégicas na sociedade brasileira, sendo de classes média e alta, com tempo livre para discutir as notícias e se articularem em defesa de seus interesses (RIBEIRO, 2004).

Tabela 1 – Quantidade de textos por jornal

| JORNAIS | TEXTOS EM 2005 |
|-----------------------|----------------|
| Folha de São Paulo | 25 |
| O Estado de São Paulo | 21 |
| Correio Braziliense | 18 |
| O Globo ^{vi} | 14 |
| Total: | 78 |

Nesse sentido, foram analisadas integralmente as matérias publicadas nos 04 jornais escolhidos em três períodos: no decurso dos meses de janeiro, julho-agosto e dezembro de 2005. Os textos totalizaram 193,595 mil caracteres (sem contabilizar os espaços). A intenção foi acompanhar os assuntos em seqüência, ou seja, série de matérias seguindo a evolução da cobertura e ao mesmo tempo perceber os temas de maior repercussão durante o ano. A análise se deu em seis tipos de texto: notas, reportagens, reportagens com chamada de capa, reportagens especiais, artigos e cartas do leitor, sendo o tema principal “o risco à saúde”. Dentre os quatro temas identificados, “o risco”^{vii} foi abordado em 70% do total de textos analisados^{viii} (em números brutos: 54 de 78 textos).

Os textos analisados abordaram como objeto essencialmente “medicamentos” (57,7% deles ou 45 do total de 78). Em segundo lugar, os “alimentos”, seguido por “produtos de interesse à saúde” e “doenças e problemas de saúde”. Em penúltimo lugar estiveram os “serviços de saúde”. No levantamento realizado, constatou-se que 48 textos (ou 61,5%) foram analíticos, indo além das informações básicas e abrindo espaço para a publicização de opiniões. Já os essencialmente informativos, nos quais prevalecem a objetividade, totalizaram 30 textos (ou 38,5%).

Foram identificadas 12 categorias de atores^{ix}. No entanto, o foco do presente trabalho esteve voltado para duas categorias em especial: “cidadão” e “consumidor”. A primeira diz respeito a um ator cujas reivindicações e conhecimentos não se restringem à esfera econômica da vida social. O cidadão conhece seus direitos enquanto consumidor e também como brasileiro. Ser

retratado em um texto jornalístico como “cidadão” pressupõe a demonstração do conhecimento do direito à saúde, por exemplo. Assim, nesta categoria, cabe o cidadão e entidades da sociedade civil organizada.

Após a identificação dos atores, foram extraídas 15 classificações⁵ conforme as funções atribuídas pela imprensa nos textos em análise. Observou-se que o “cidadão” foi considerado pelos jornais como “vítima passiva”, apenas lamentando sua condição; “vítima ativa”, que sofre, mas é articulada para cobrar soluções e exigir seus direitos; “denunciante” (aquele que revela situações inadequadas ou alerta para problemas e perigos); “altruísta”, que defende o interesse social; “ético”, com postura responsável e ativa, e por fim como “cobrador”, reivindicando providências. Quando esse ator teve suas falas reportadas entre aspas (categoria: função expressa), o mesmo não se expressou como “vítima passiva”.

A Análise de Conteúdo da categoria ‘cidadão’^x

A partir da análise de conteúdo, a categoria “cidadão”^{xi} apareceu representada no *corpus* da seguinte forma:

1) na *“Folha de São Paulo”*, pelas fontes: Organização não-governamental (Ong) pelo consumo responsável, Kairós; Instituto Brasileiro de Auditoria em Vigilância Sanitária; Conselho Nacional de Saúde (CNS); Associação Pró Teste, entidade de defesa do consumidor e pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil;

2) em *O Globo*, pelas fontes: Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e Procon;

3) no *Correio Braziliense*, pelas fontes: *Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade* (Abeso) e pelo Conselho Federal de Farmácia;

4) em *O Estado de São Paulo*, pelas fontes: Conselho Nacional de Ética em Pesquisas (Conep), ligado ao CNS e pelo seu Departamento de Ética.

A categoria ‘cidadão’ apareceu em 34% dos textos examinados, mas em apenas 17% com falas em aspas. Isso significou que os jornais em estudo reconheceram o interesse do “cidadão” a respeito dos temas tratados, sem, no entanto, dotá-lo de expressiva capacidade participativa. Esses índices diminuem ainda mais quanto à presença do termo “cidadão” e suas variações (de número e gênero) no material. Apenas duas inserções desta palavra foram encontradas (uma em uma reportagem e a outra nem uma nota à imprensa do total de 78 textos – vide Tabela 2). Com isso, percebe-se que esse vocábulo ainda não é utilizado com frequência pela imprensa. Nem mesmo

nos depoimentos transcritos dos representantes da Anvisa aparece o termo “cidadão” e sim o termo “consumidor” .

Tabela 2 – Textos que citam o termo ‘cidadão’

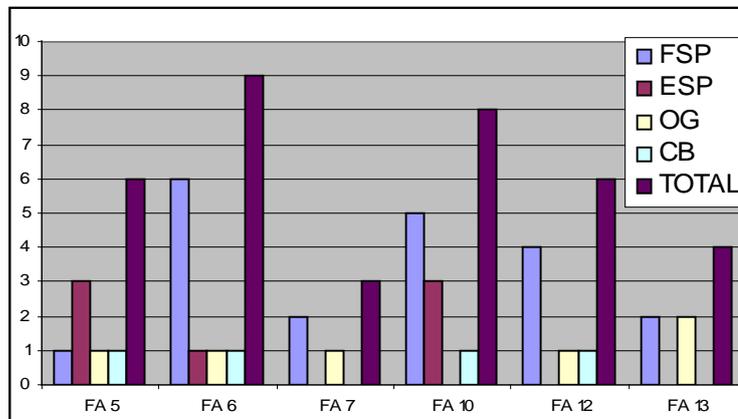
| TIPO DE TEXTOS | DESCRIÇÃO |
|-----------------|--|
| Reportagem | <p>- Título: “Aumenta número de ações contra o SUS. Usuários do sistema público recorrem à Justiça para garantir medicamentos e tratamento de alto custo. Rio indenizará paciente que perdeu um rim” (Folha de São Paulo, 01/08/2005, reportagem com 6.071 caracteres);</p> <p>- Trecho: “O governo do Rio terá de indenizar um <u>cidadão</u> que o processou dizendo que perdera um rim por falta de medicamento que deveria ter sido fornecido, segundo recente decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça). [...] Esses são dois exemplos do rigor com que os tribunais vêm julgando ações em que <u>cidadãos</u> exigem o fornecimento de remédio não disponível no SUS ou o pagamento de tratamento de alto custo, normalmente de doenças graves e raras. [...]”</p> |
| Nota à Imprensa | <p>- Título: “Nota de Esclarecimento” (Estado de São Paulo, 21/12/2005, nota à imprensa com 3.150 caracteres);</p> <p>- Trecho: “[...] Os gerentes gerais, gerentes, chefes de unidades e técnicos, atendem a todos os pedidos de audiência de empresas, parlamentares, órgãos públicos, órgãos de classe ou <u>cidadãos</u>. A Anvisa cumpre assim um princípio básico da administração pública que é o de dar transparência a suas atividades sem privilegiar empresas ou partidos políticos, atendendo a todos sem distinção. [...]”. (A nota foi assinada pelo então Diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, um Diretor e um Gerente-Geral.)</p> |

Quanto à função atribuída pela imprensa ao “cidadão”, na maior parte dos textos, essa categoria foi associada à posição de “vítima” pelas expressões usadas pelos jornais como “doentes”, “pacientes”, “vítimas” e outras do gênero ou por verbos como “lamentar”, “desabafar”. Apesar disto, identificamos a postura nos jornais de “vítimas ativas” (FA 6), pois buscavam o exercício de seus direitos sociais (Gráfico 1).

Por isso, essa categoria apareceu também vinculada à “defesa dos interesses sociais” (FA 10), seguida por uma “postura ética” (FA 12) com índice idêntico a posição de “vítima passiva” (FA 5), devido principalmente à interpretação dada pelo *O Estado de São Paulo*. Já os jornais *O Globo* e *Correio Braziliense* contribuíram para associar o “cidadão” à função de “cobrança” (FA

13) de ações do Estado. O primeiro, juntamente com a *Folha de São Paulo*, reforçou em menor intensidade o potencial de “denunciador” (FA 7) desta categoria.

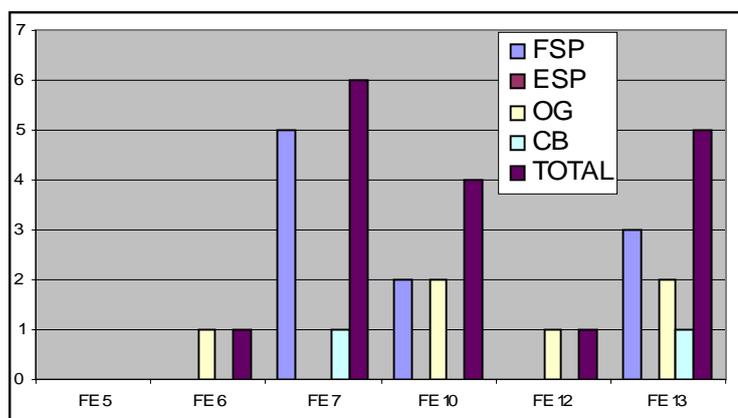
Gráfico 1 – Função do ‘Cidadão’ atribuída pela imprensa



Legenda – Função Atribuída -FA 1: Juiz; FA 2: Conselheiro; FA 3: Polícia; FA 4: Vilão; FA 5: Vítima Passiva; FA 6: Vítima Ativa; FA 7: Denunciante; FA 8: Preguiçoso; FA 9: Neoliberal; FA 10: Altruísta; FA 11: Pró-ativo; FA 12: Ético; FA 13: Cobrador; FA 14: Advogado do capital e FA 15: Democrata.

Na análise das expressões usadas nas falas desses atores (Gráfico 2), identificamos um resultado bastante diferente da função atribuída. O cidadão usa em primeiro lugar sua fala para “denunciar” (FE 7), especialmente nos jornais *Folha de São Paulo* e *Correio Braziliense*. Em *O Globo*, aparece “cobrando” (FE 13) providências e soluções para os problemas de saúde e na “defesa dos interesses sociais” (FE 10). Nota-se ainda que em nenhuma fala esse ator se coloca como “vítima passiva” (FE 5). Ressaltamos que o espaço oferecido pelo jornal “O Estado de São Paulo” foi de índice tão diminuto que nem aparece nas estatísticas.

Gráfico 2 – Função do ‘Cidadão’ expressa pelo próprio ator



Legenda – Função Expressa - FE 1: Juiz; FE 2: Conselheiro; FE 3: Polícia; FE 4: Vilão; FE 5: Vítima Passiva; FE 6: Vítima Ativa; FE 7: Denunciante; FE 8: Preguiçoso; FE 9: Neoliberal; FE 10: Altruísta; FE 11: Pró-ativo; FE 12: Ético; FE 13: Cobrador; FE 14: Advogado do capital e FE 15: Democrata.

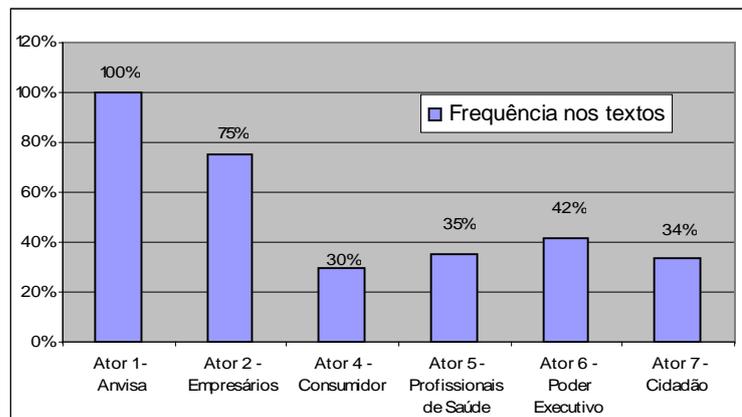
A atuação do ‘Consumidor’

O “consumidor” apareceu como ator em 30% dos textos, índice semelhante ao da categoria “cidadão”, e em 8% com direito a falas. Lembramos que num mesmo texto pode aparecer tanto o “consumidor” quanto o “cidadão”, já que consideramos como duas categorias diferentes. Assim, avaliamos de forma positiva o fato de o percentual da categoria “cidadão” ser maior do que o da categoria “consumidor”. Isto pode corresponder ao fato de que ao ter acesso à imprensa, a população exerce mais o papel de “cidadão” do que o de “consumidor”.

No entanto, ao observar a menção ao termo “consumidor” ou suas variações (de número e gênero), percebe-se uma incidência alta: 77 referências^{xiii}. Neste caso, destacamos o jornal *O Globo*, com 46 menções a esta palavra, inclusive em títulos e sub-títulos. Ao verificarmos o papel que esse ator estaria desempenhando, percebemos que muitas vezes era o de “cidadão”.

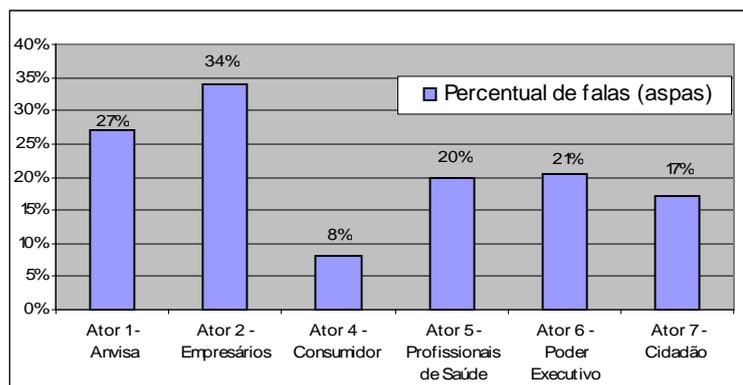
Os dados obtidos mostraram que raramente os temas relativos à saúde ou a vigilância sanitária são apresentados como questões a serem debatidas pela sociedade civil organizada. Desta forma, os seguintes atores foram privilegiados pelos jornais se sobrepondo ao “cidadão”: “Anvisa”; “empresários”; “Poder Executivo” e “profissionais de saúde” – vide Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 – Presença dos atores nos textos analisados



Legenda - Atores: 1. Anvisa; 2. Empresários; 4. Consumidor; 5. Profissional de Saúde; 6. Poder Executivo e 7. Cidadão.

Gráfico 4 – % Atores que se expressaram nos textos analisados



Legenda - Atores: 1. Anvisa; 2. Empresários; 4. Consumidor; 5. Profissional de Saúde; 6. Poder Executivo e 7. Cidadão.

Ainda quanto ao *corpus* analisado, podemos verificar que as organizações sociais se movimentam. Levantam dados e os divulgam nos jornais e em publicações específicas, como é o caso do Instituto de Estudos Sócioeconômicos, Inesc, Associação Pró teste de defesa do consumidor e do Ministério Público. Em uma leitura transversal dos jornais analisados, identificamos que houve espaço para essas informações, especialmente no *Correio Braziliense* e na *Folha de São Paulo*. Já o jornal *O Globo* se destacou pela publicidade dada a consultas públicas e aos canais de participação social disponibilizado por instituições do Estado.

Considerações finais

Entendemos que o jornalismo científico tem uma função mais do que informativa. Diante da complexidade dos riscos presentes na arena científico-tecnológica, o tratamento de notícias no âmbito do jornalismo científico deve progredir para uma abordagem melhor contextualizada e, ademais, que considere a perspectiva da cidadania. Ao mesmo tempo, vigilância sanitária é uma área de interesse premente do direitos sociais. Contudo, os jornais da amostra interpretaram esses temas ligando-os aos interesses de empresários do setor ou os limitaram a questões de defesa do consumidor.

Portanto, no material analisado, o cidadão exerceu o direito de visibilidade em desvantagem a outros *atores*. Nesse sentido, prevalecem e se agravam as desigualdades de poder, favorecendo a dominação dos interesses econômicos na construção de fatos pelos jornais. Uma participação igualitária pressupõe que os interesses da sociedade civil estejam representados de forma proporcional. Ao ignorar esse aspecto, a imprensa acaba reforçando a desigualdade de acesso à esfera pública que existe entre representantes da indústria e do empresariado, por um lado e os da sociedade civil organizada, por outro lado.

Os dados extraídos demonstraram que os jornais analisados contemplaram o cidadão no interior dos textos produzidos, contudo a leitura da realidade social feita pelos veículos provocou três distorções:

- 1) a ausência do termo “cidadão” na linguagem jornalística;
- 2) a participação da sociedade civil organizada nos temas abordados é limitada à não oposição aos interesses econômicos dos jornais; e
- 3) a valorização de atores econômicos frente à vigilância sanitária e ao cidadão.

É preciso enfatizar que a vigilância sanitária se configura como uma demanda crescente da sociedade devido aos riscos e aos danos que surgem, incluindo situações de perda de segurança e de qualidade de produtos, serviços e processos.

Controlar o mercado se tornou condição vital para garantia de condições de vida planeta. A partir disso, regras e análises de segurança para a liberação de produtos e tecnologias foram estabelecidas, mas nem sempre se tornaram práticas incorporadas. A vigilância sanitária como uma forma complexa de intervenção é limitada pela resistência dos interesses econômicos. No outro lado da balança estão os interesses da sociedade civil organizada que quer seus direitos de segurança sanitária e qualidade de vida assegurados.

Pela análise empírica aqui apresentada, a imprensa colabora para o distanciamento das questões sociais do cidadão e não o valoriza como interessado nos assuntos de saúde que presentes na questão da vigilância sanitária. Se esquece a imprensa de que o cidadão pode sofrer danos, reversíveis ou não, a sua saúde

Em geral, os textos jornalísticos ainda desconhecem o cidadão como um ator fundamental e o identificam com a figura de vítima que sofre nos hospitais com o preço dos medicamentos e outros problemas. Com isso, mutilam os direitos do cidadão, enfatizando questões individuais e financeiras. Já o cidadão, quando fala à imprensa demonstra, representar a coletividade, trazendo seus interesses para a esfera pública. Levanta questões de segurança, reivindica mais informações e cobra do Estado, por meio dos jornais, a proteção legal determinada. Todavia, é classificado com verbos e adjetivos nas matérias jornalísticas de forma a encobrir sua postura ativa. A pesquisa empírica revelou que não há um comportamento idêntico entre os jornais que atuam na sociedade brasileira. As abordagens trazem variações interessantes.

Assim, conclui-se que as reportagens sobre vigilância sanitária são espaços comuns aos atores econômicos, mas ainda não aos atores sociais. Evidencia-se que a prática jornalística precisa se democratizar, abrindo espaço à participação social no interior das reportagens. O acompanhamento, avaliação e a publicação de dados sobre a atuação da imprensa são necessários para que essa instituição se abra à participação social.

Por fim, destacamos que, no corpus analisado, a imprensa tendeu a referir-se ao “consumidor” em situações que se esperaria ver retratado o “cidadão”, ou seja, situações que envolvem mais do que ‘direitos do consumidor’ e sim ‘direitos do cidadão’. Entendemos que uma abordagem jornalística que contemple o a perspectiva de ‘direitos do cidadão’ ultrapassará o debate sobre ‘direitos do consumidor’ e contemplará outros aspectos como os direitos e deveres de cada um dos atores envolvidos no tema, qualidade de vida e condições sócio-ambientais, por exemplo.

Notas e Referências

O acidente na usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, ocorreu em 26 de abril de 1986. O quarto [reator](#) da usina [explodiu](#) causando um incêndio, uma série de explosões adicionais e um [derretimento nuclear](#).

C.f. Moura, 2003.

BARROS, Ana Paula Ferrari Lemos. Saúde, Sociedade e Imprensa - a visibilidade do cidadão na cobertura da Vigilância Sanitária. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, 2007.

O *clipping* é fornecido pela Assessoria de Imprensa do Ministério da Saúde. O material é acessível apenas nos computadores autorizados pela Anvisa, por estar dentro da rede interna da Agência: a Intravisa. Na página eletrônica da rede, pode ser acessado pela barra de títulos onde consta o link: Intravisa Divulga.

Serviço de pesquisa e seleção das notícias publicadas na mídia sobre determinado assunto.

Interessante observar que o jornal “O Globo” publicou a menor quantidade de textos dentre os jornais analisados (apenas 14), mas é o segundo em número de caracteres. Isso demonstra que suas reportagens, apesar de serem em minoria, são longas.

Tema 1: Risco à saúde; Tema 2: Administração de recursos públicos; Tema 3: Questões econômicas ligadas à saúde e Tema 4: Descobertas ou lançamentos.

Quando o artigo se referir a ‘textos analisados’ estará fazendo referência ao conjunto de textos da amostra, ou seja, ao resultado dos textos dos 04 jornais do estudo, sem diferenciá-los. Quando o dado disser respeito a um dos jornais da amostra, o mesmo será explicitado (por exemplo: “os textos do *Correio Braziliense* ...”)

São elas: Anvisa; Empresários; Órgãos de saúde internacionais; Consumidor; Profissional de Saúde; Poder Executivo; Cidadão; Ministério Público; Poder Judiciário; Poder Legislativo; Polícia e Repórter.

Função Atribuída -FA 1: Juiz; FA 2: Conselheiro; FA 3: Polícia; FA 4: Vilão; FA 5: Vítima Passiva; FA 6: Vítima Ativa; FA 7: Denunciante; FA 8: Preguiçoso; FA 9: Neoliberal; FA 10:

Altruísta; FA 11: Pró-ativo; FA 12: Ético; FA 13: Cobrador; FA 14: Advogado do capital e FA 15: Democrata. O mesmo vale para a categoria Função Expressa.

Todos os resultados aqui apresentados são referentes à análise de conteúdo a partir do *corpus* da pesquisa, constituído por 78 textos publicados no ano de 2005 em quatro jornais impressos de circulação nacional: *Folha de São Paulo*; *O Estado de São Paulo*; *Correio Braziliense* e *O Globo* – vide Tabela 1. Foram analisadas integralmente as matérias publicadas nos 04 jornais citados em três períodos: no decurso dos meses de janeiro, julho-agosto e dezembro de 2005.

O ‘cidadão’ enquanto uma categoria é definido por pessoas comuns e entidades da sociedade civil que exerceram papel de cidadão nos textos. Desta forma, foram considerados dentro da categoria “cidadão” atores que se comportaram como dotados de direitos.

Em um único texto podem aparecer várias de citações ao termo “consumidor”.

Referências Bibliográficas

ADGHIRNI, Zélia Leal. Mídia e Indústria Farmacêutica: uma leitura do caso Vioxx. In: *II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos /IV Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos*, 2005, Porto. Jornalismo, Ciências e Saúde, 2005.

BARROS, Ana Paula Ferrari Lemos. Saúde, Sociedade e Imprensa - a visibilidade do cidadão na cobertura da Vigilância Sanitária. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, 2007.

BECK; Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. *Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.

BUENO, Wilson da Costa. “Empurroterapia” na imprensa: esta doença tem remédio?. In Melo, José Marques (org). *Anais da VI Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde* - Brasília, DF: Editora Anvisa, p.89, 2005.

COSTA, Edna. *Vigilância Sanitária, Proteção e Defesa da Saúde*. São Paulo: Sobravime, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: Entre facticidade e validade*. v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

KIENTZ, Albert. *Comunicação de Massa: Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

LEFEVRE, Fernando. *O medicamento como mercadoria simbólica*. São Paulo: Cortez, 1991.

LUCCHESI, Geraldo *Globalização e Regulação Sanitária. Os reumos da vigilância sanitária no Brasil*. (Tese de Doutorado em Saúde Pública). ENSP/FIOCRUZ; 2001.

MOURA, Dione Oliveira. A popularização da informação científica na Sociedade de Risco: em busca do diálogo. *Comunicação e Espaço Público*, ano VI, n. 1 e 2, Brasília, 2003.

RANGEL-S, Maria Ligia & COSTA, Edna Alves (Orgs.). *Comunicação em Vigilância Sanitária. Princípios e diretrizes para uma política*. EDUFBA: Salvador, 2007;

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público. A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. RJ: E-Papers, 2004.

SINGER, Eleanor. A question of accuracy: how journalists and scientists report research or hazards. *Journal of Communication*, 1990, vol. 40, nº 4, pp 102-116.

VIEIRA, Litz. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil e a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____, Litz. *Cidadania e Globalização*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Legislação Consultada:

Lei 8.078/1990 ou Código de Defesa do Consumidor – CDC

Lei Orgânica da Saúde – LOS 8.080/1090

ii

iii

iv

v

vi

vii

viii

ix

x

xi

xii